APELAÇÃO CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2 — DF

(Registro nº 89.8751-7)

Relator: *O Exmo. Sr. Ministro Barros Monteiro*

Apelante: *Embaixada dos Estados Unidos da América*

Apelados: *Paulo da Silva Valente e outro*

Advogados: *Drs. Elisabeth V. de Gennari e Galba Menegale*

EMENTA: Imunidade de jurisdição. Reclamação trabalhista intentada contra estado estrangeiro.

Sofrendo o princípio da imunidade absoluta de jurisdição certos temperamentos em face da evolução do direito consuetudinário internacional, não é ele aplicável a determinados litígios decorrentes de relações rotineiras entre o Estado estrangeiro e os súditos do país em que o mesmo atua, de que é exemplo a reclamação trabalhista.

Precedentes do STF e do STJ.

Apelo a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Custas, como de lei.

Brasília, 7 de agosto de 1990 (data do julgamento).

Ministro BUENO DE SOUZA, Presidente. Ministro BARROS MONTEIRO, Relator.

RELATÓRIO

O EXMO. SR. MINISTRO BARROS MONTEIRO: Paulo da Silva Valente, funcionário da Embaixada dos Estados Unidos da América em Brasília, alegando que reclassificação de suas funções lhe causou perdas salariais, ajuizou esta reclamação trabalhista, visando a compelir o empregador a manter o nível de classificação anterior com efeitos patrimoniais correspondentes.

O reclamado, Estados Unidos da América, compareceu para argüir a imunidade de jurisdição, com arrimo na “Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas”.

Pela r. decisão de fls. 33/52 foi rejeitada a argüição.

Em seguida, Lindolfo Cavalcanti de Magalhães foi admitido como litisconsorte, havendo o reclamado insistido na argüição de imunidade de jurisdição. Invocou, ainda, a coisa julgada em relação ao referido litisconsorte.

À audiência compareceram os reclamantes e o Ministério Público, que ofereceram razões finais.

Sobreveio a r. sentença de fls. 116/118, que julgou procedente a reclamação, condenando o reclamado a atribuir aos reclamantes a reclassificação pleiteada.

Apelaram os “Estados Unidos da América”, renovando a argüição de imunidade de jurisdição, além de reiterar a alegação de coisa julgada com referência ao co-autor Lindolfo Cavalcanti de Magalhães.

Oferecidas as contra-razões, opinou a Procuradoria-Geral da República pelo improvimento do recurso.

Por derradeiro, Lindolfo Cavalcanti de Magalhães, por força de acordo celebrado com o reclamado, desistiu da reclamação trabalhista (fls. 147/155).

É o relatório.

VOTO

O EXMO. SR. MINISTRO BARROS MONTEIRO (Relator): O Estado Estrangeiro goza de imunidade de jurisdição, não só em face do Direito Consuetudinário, mas também pela aplicação a ele da “Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas”, de 1961, promulgada no país pelo Decreto nº 56.435, 8 de junho de 1965, nos termos concernentes à imunidade de jurisdição conferida a seus agentes diplomáticos.

Nesse sentido alinha-se de há muito a jurisprudência da Suprema Corte, através de inúmeros precedentes: RTJ 66/727; 104/990; 111/949; 116/474 e 123/29. No primeiro desses julgados, insere-se o parecer do Procurador da República oficiante, Dr. José Francisco Rezek, hoje Ministro do Supremo

Tribunal Federal, que assim se pronunciara: “Nenhum Estado ignora a impossibilidade de submeter outra Nação, contra sua vontade, à condição de parte perante o Judiciário local. Nem poderia fazê-lo, a menos que disposto — e apto — a garantir pela força bélica a execução da eventual e esdrúxula sentença condenatória, o que repugna substancialmente ao moderno Direito Internacional, que nossa República ajudou a construir e consolidar” (RTJ 66/728).

A renúncia à imunidade de jurisdição do Estado acreditante há de ser sempre expressa (art. 32, inciso 2, da citada “Convenção de Viena”). No caso, o reclamado excepcionou a jurisdição brasileira, invocando a sua condição de imune.

Não cabe proceder-se à distinção entre atos de império e atos de gestão praticados pelo Estado acreditante. Em trabalho publicado na Revista de Informação Legislativa, nº 101, Brasília, jan. /mar. 1989, publicação do Senado Federal, o Magistrado e Professor Georgenor de Sousa Franco Filho, depois de mencionar a opinião de vários juristas de renome, anota que “seja ato de império seja ato de gestão, pela dificuldade prática de distingui-lo, deve o julgador reconhecer o poder de império, soberano, do Estado estrangeiro, e, como tal, declarar a imunidade que lhe é intrínseca. Frise-se, ainda, que a isenção proclamada visa a beneficiar o ente de DIP, e não o nacional, que, como se apontará adiante, goza do direito de recorrer à via diplomática para buscar os créditos a que por ventura fizer jus” (pág. 79).

Outrossim, não colhe a alegação de preclusão quanto ao tema relativo à imunidade de jurisdição. É que à falta de renúncia expressa do reclamado ao privilégio de que desfruta, dá-se simplesmente a impossibilidade jurídica do pedido (Código de Processo Civil, art. 267, nº VI). De acordo com o disposto no art. 267, § 3º, da mesma lei processual, aplicável à espécie subsidiariamente (art. 769 da CLT), a matéria atinente aos incisos IV, V e VI do aludido art. 267 é suscetível de ser conhecida pelo juiz em qualquer tempo e grau de jurisdição, não se submetendo, pois, à preclusão.

Prevalece, nesses termos, a regra *par in parem non habet imperium*, ou seja, nenhuma nação pode ter jurisdição sobre a outra, salvo as exceções previstas na mesma “Convenção de Viena”.

Pelo exposto, dou provimento à apelação, para julgar extinto o processo sem exame do mérito, nos termos do art. 267, nº VI, do CPC, pagas as custas pelo reclamante.

RETIFICAÇÃO DE VOTO

O EXMO. SR. MINISTRO BARROS MONTEIRO (RELATOR): Busquei reexaminar a espécie à luz do precedente da Suprema Corte (AC nº 9.696-3), divulgado de modo mais amplo após a palestra proferida pelo Prof.

Guido Fernando Silva Soares no Tribunal Superior do Trabalho sobre o tema “Imunidade de Jurisdição e de Execução: a Justiça Trabalhista”.

No caso destes autos, o reclamante foi contratado pelos “Estados Unidos da América” para o exercício de funções técnicas, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho. Insurgiu-se o obreiro, via da presente reclamação trabalhista, contra o congelamento e conseqüente rebaixamento de seus salários. Daí a sua pretensão de retornar ao nível que anteriormente ostentara.

A jurisprudência do Excelso Pretório apresentava-se uníssona no sentido de que o Estado estrangeiro gozava de imunidade de jurisdição absoluta, arrimando-se sobretudo no direito costumeiro e na Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, promulgada no país pelo Decreto nº 56.435, de 8 de junho de 1965.

A tese da imunidade jurisdicional absoluta, porém, desgastou-se gradativamente, consoante teve oportunidade de assinalar o então Juiz, hoje Ministro desta Casa, Dr. Jacy Garcia Vieira, em decisão que se acha às fls. 33/52 deste feito e ainda reproduzida na RTJ 111, págs. 953/965, da qual destaco a seguinte passagem, *in verbis*: “O Mundo Ocidental inteiro rejeitou a teoria da imunidade absoluta e passou a adotar a imunidade relativa ou restrita. Uns, fazendo a distinção entre atos praticados *jure gestionis* e *jure imperii*, para só reconhecerem a imunidade aos últimos e outros preferindo enumerar os atos que não gozam de imunidade ou os que estão cobertos por elas. Mas num ponto, todos estão de acordo. A imunidade não alcança os atos praticados pelo Estado estrangeiro, quando este age como um particular ou pratica atos de comércio”. (fl. 39).

As Convenções de Viena sobre “Relações Diplomáticas” e sobre “Relações Consulares” aplicam-se tão-somente aos agentes diplomáticos e aos funcionários consulares, como destacou V. Ex^a, Sr. Presidente, em seu lúcido e brilhante voto, nos termos dos arts. 31 e 43 de uma e outra Convenção, respectivamente. A imunidade de jurisdição do Estado estrangeiro assentava-se exclusivamente no direito consuetudinário, na conformidade, aliás, com o primitivo pronunciamento do então Procurador da República, Dr. Francisco Rezek (RTJ 66, pág. 728) e, ao depois, com o voto que S. Ex^a prolatou na qualidade de Ministro do STF em data de 31.5.89, de cujas notas taquigráficas se colhe o seguinte excerto: “Numa vertente, temos as imunidades pessoais resultantes das duas Convenções de Viena, de 61 e de 63, ambas em vigor para o Brasil e relacionadas a primeira com serviço diplomático e a segunda com serviço consular. Quando se cuide, portanto, de um processo de qualquer natureza, penal ou cível, cujo pretendido réu seja membro do serviço diplomático estrangeiro aqui acreditado, ou em determinadas hipóteses bem reduzidas do serviço consular estrangeiro, operam em sua plenitude textos de Direito Internacional escrito, Tratados, que, num certo momento, se convencioanam lá

fora e que entraram em vigor para o Brasil, sendo aqui promulgados. Ficou claro, não obstante, que nenhum dos dois textos de Viena, do romper da década de 60, dizem da imunidade daquele que, na prática corrente, é o réu preferencial, ou seja, o próprio Estado estrangeiro. Com efeito, o que nos evidencia a observação da vida judiciária é que raríssimas vezes alguém intenta propor no Brasil ação diretamente contra determinada pessoa física, a de um diplomata ou cônsul imune. O que mais vemos são demandas dirigidas contra a pessoa jurídica de direito público externo, contra o Estado estrangeiro, e essas demandas, quando não têm índole trabalhista, o que ocorre em 75% dos casos, têm índole indenizatória e dizem respeito à responsabilidade civil. Quanto a essa imunidade, a do Estado estrangeiro, não mais a dos seus representantes cobertos pelas Convenções de Viena, mas a do Estado estrangeiro, o que dizia esta Casa antes da década de 70 e ficou bastante cristalino no começo da década de 70? Essa imunidade não está prevista nos textos de Viena, não está prevista em nenhum texto de Direito Internacional Público. Ela resulta, entretanto, de uma antiga e sólida regra costumeira do Direito das Gentes.”

Só que tal regra prevalente no direito consuetudinário não mais subsiste nos tempos hodiernos, mormente após a celebração da Convenção Européia de 1.974, do “Foreign Immunities Act”, dos EEUU, e do “Foreign States Immunities Act”, do Reino Unido, todos aludidos por V. Ex^a e pelo eminente Ministro Francisco Rezek.

A imunidade de jurisdição passou a não ser mais absoluta na ordem internacional: não existe mais regra sólida de direito costumeiro, a partir do momento em que dela desertaram os Estados Unidos da América, a Grã-Bretanha e vários outros países da Europa Ocidental (voto citado do Ministro Rezek).

Há, é certo, dificuldades em traçar a fronteira precisa entre os atos praticados *jure imperii* dos atos praticados *jure gestionis*, tanto que tal distinção, a rigor, é abandonada pela doutrina, uma vez que a exata qualificação de um e outro dependem de critérios subjetivos de cada intérprete. Todavia, menos certo não é que as causas relacionadas com o Direito do Trabalho e com o Direito Civil indenizatório não se compreendem entre aquelas cobertas pela imunidade de jurisdição e isto desde a mencionada Convenção Européia de 1974.

Observo que a E. 3^a Turma deste Tribunal também acolheu a posição adotada pelo Min. Francisco Rezek, consoante feliz síntese exposta pelo Relator da Apelação Cível nº 7-BA, Ministro Eduardo Ribeiro, nestes termos: “Salientou S. Ex^a (Min. Francisco Rezek) que inaplicáveis as Convenções de Viena que versam sobre imunidade pessoal, não dizendo com a dos Estados. Esta resultaria de costumes internacionais. Ocorre que estes não mais consagram o princípio da imunidade absoluta, afastado por convenção européia e

pelo direito interno britânico e americano. Passou-se a distinguir conforme a natureza do ato, excluindo-se da incidência daquele princípio os que dissessem apenas com relações rotineiras, travadas entre o Estado estrangeiro, representado por seus agentes, e os súditos do país em que atuam. Ora, se a adoção do princípio, entre nós, devia-se apenas a regra costumeira internacional, não poderia subsistir quando tais princípios sofriam exceções significativas e abrangentes de hipótese como a ora em julgamento”.

Idêntica solução acaba de ser adotada por aquela E. 3ª Turma na AC nº 5-SP, Relator o Ministro Cláudio Santos.

Não prospera, de outro lado, a alegação do reclamado no sentido de que a reestruturação de funções nos quadros funcionais de sua embaixada constitua ato de império. O reclamante presta serviços ao Estado alienígena subordinado à lei brasileira. Não cabe, assim, exigir dele que se dirija a judiciários estrangeiros para o fim de ver reconhecidos os seus direitos. Como concluiu o Magistrado e Professor Osiris Rocha em trabalho publicado na Revista LTr 37/600-602, “é de justiça, portanto, que tais contratos sejam submetidos à lei brasileira, à nossa CLT e à nossa Justiça, porque, não se tratando de contratos visando a serviço diplomático, escapam à incidência das normas de imunidade e, inclusive, àquelas da Convenção de Viena sobre Relações Consulares”. (“Reclamações Trabalhistas contra Embaixadas: uma competência inegável e uma distinção imprescindível”, LTr 37, pág. 602).

Nessas condições, afasto na hipótese *sub judice* a alegada imunidade jurisdicional do Estado Estrangeiro, acompanhando o voto de V. Ex^a, Sr. presidente e retificando a minha manifestação precedente. Como V. Ex^a, desde que incontroversa a *quaestio facti* que, ademais, se acha corroborada pela documentação de fls. 7/8, nego provimento à apelação.

É como voto.

VOTO VISTA

O EXMO. SR. MINISTRO BUENO DE SOUZA (Presidente): Senhores Ministros, na sessão de 05 de setembro último, após o voto do Senhor Ministro Barros Monteiro, Relator, dando provimento à apelação “para julgar extinto o processo sem exame do mérito, nos termos do art. 267, VI do CPC”, pedi vista destes autos para mais detido exame do assunto que, pela primeira vez, era trazido à apreciação e decisão desta Quarta Turma. Tive, então, em especial consideração a referência feita a reiterados precedentes da jurisprudência do Supremo Tribunal; minha própria disposição para assumir posição diversa e, enfim, a notícia (então, pendente ainda de confirmação) de que o Supremo Tribunal já teria assumido orientação diferente, relativamente à questão da imunidade de estado estrangeiro em face da jurisdição brasileira.

Devo escusar-me pela demora com que retomo o julgamento, não somente em razão do extraordinário acúmulo de minhas inadiáveis incumbências junto à Justiça Eleitoral, em época de eleições nacionais, cumulativamente ao desempenho das urgentes tarefas de Corregedor-Geral Eleitoral; como, também, em razão de meu propósito de confrontar o teor do mais recente precedente do Supremo Tribunal.

Este, em verdade, até o momento não teve publicação oficial do seu inteiro teor; mas as notas taquigráficas a que tive acesso, ainda que pendentes de revisão, constituem subsídio suficiente para balisar o estudo do tema, pelo que passo a resumir meu entendimento.

2. É oportuno, inicialmente, recordar que o Supremo Tribunal, em sessão plenária de 09 de maio de 1973, sendo Relator o Ministro Bilac Pinto, decidiu, no Agravo de Petição 56.466-DF, por acórdão unânime (RTJ 66/727), negar provimento ao recurso, nos preciosos termos do parecer do então Procurador da República José Francisco Rezek, do qual extrai o tópico seguinte:

“Cabe, por último, ressaltar que a honrada missão japonesa não foi particularmente feliz ao invocar, como base jurídica excludente, a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas. Esse texto, promulgado entre nós pelo D. 56.435-65, consagra imunidades pessoais e reais inerentes ao intercâmbio representativo.

Na espécie, todavia, a citação não se pretendeu endereçar à pessoa de um diplomata japonês, imune segundo aquele Tratado, mas ao próprio Império do Japão, entendido pelos postulantes como titular do ônus indenizatório.

Tem-se, pois, que a imunidade daquele Estado soberano à jurisdição doméstica não resulta da Convenção de Viena, mas de uma das mais sólidas regras costumeiras do *Dircito das Gentes*. Nenhum Estado ignora a impossibilidade de submeter outra Nação, contra sua vontade, à condição de parte perante o Judiciário local. Nem poderia fazê-lo, a menos que disposto — e apto — a garantir pela força bélica a execução da eventual e esdrúxula sentença condenatória, o que repugna substancialmente ao moderno Direito Internacional, que nossa República ajudou a construir e consolidar. Pelo improvimento do agravo de petição.”

O Ministro Bilac Pinto, convém acentuar, em seu voto de Relator, mais não fez do que reproduzir e sufragar o parecer Rezek, que, como se observa, propôs nova orientação no trato da matéria, ao apontar para a irrelevância das convenções de Viena e, bem assim, para a observância, isto sim, de regra tradicional da *comitas gentium*.

3. Neste mesmo rumo persistiu o supremo Tribunal, em sessão plenária de 1º de fevereiro de 1983, unânime, sendo Relator o Ministro Rafael Mayer, no julgamento da Apelação Cível 9.684-DF (RTJ 104/990).

Mas é certo que, a despeito de aludir ao precedente anteriormente referido (inspirado, como há pouco esclarecido, no parecer, Rezek), este r. julgado ainda conferiu prioridade à imunidade jurisdicional de estado estrangeiro, como se fosse fundada em tratados. É o que consta da respectiva ementa, *verbis*:

“Imunidade de jurisdição. Ação contra Estado estrangeiro. Convenção de Viena. Silêncio do demandado.

— Desde que inócuentes as excessões à imunidade, previstas no art. 31, I, A, B e C da Convenção de Viena, o silêncio do representante diplomático, ou do próprio Estado Estrangeiro, para vir compor a relação jurídico-processual, não importa em renúncia à imunidade de jurisdição. Apelação Cível conhecida mas improvida.”

Cogitava-se, então, de reclamação trabalhista ajuizada por empregada doméstica contra a República do Iraque perante a Justiça Federal desta Capital. O ilustre Juiz Federal, nosso eminente Colega Ministro Ilmar Galvão, decretara a extinção do processo sem julgamento do mérito, por não ter havido expressa renúncia da imunidade jurisdicional, sem, contudo, se reportar a qualquer convenção.

4. Nos mesmos termos decidiu ainda o Supremo Tribunal, também por unanimidade de votos do seu plenário, em 15 de agosto de 1984, a Apelação Cível 9.687-DF, Rel. Ministro Djaci Falcão (RTJ 111/949). Eis a ementa:

“Ação movida por advogado contra Estado estrangeiro, cobrando honorários profissionais, julgada procedente. Apelação. Imunidade de jurisdição. O silêncio do Estado-réu, não atendendo ao chamamento judicial, não configura por si, renúncia à imunidade de jurisdição.”

Precedentes do STF. Apelação provida, julgando-se extinto o processo (art. 267, inc. VI, do CPC).

Neste caso, a sentença do ilustre Juiz Federal, nosso ilustre Colega Ministro Garcia Vieira, perfilhava orientação oposta, ou seja, aquela preconizada no parecer Rezek; daí, o provimento do recurso. Em sua brilhante decisão, S. Exa. desenvolveu minuciosa demonstração, primeiramente, da distinção entre imunidade diplomática (concernente aos agentes e às missões diplomáticas, nos termos da Convenção de Viena) e imunidade jurisdicional de estado estrangeiro, para, em continuação, demonstrar a evolução mais recente da doutrina brasileira e estrangeira, bem como da jurisprudência de direito inter-

nacional, no sentido da regra costumeira fundada no princípio tradicional *par in parem non habet iudicium*.

Recolho, como especialmente elucidativo, este tópico da r. sentença cujo teor, aliás, foi reproduzido no d. voto do eminente Ministro Djaci Falcão, Relator do precedente a que ora me reporto:

“A Convenção Européia de 1972 veio solucionar, ainda que parcialmente, o sério problema dos litígios entre as pessoas de direito privado e Estados estrangeiros, como veremos daqui a pouco, além de ter inspirado o *Foreign Sovereign Immunities Act of 1976*, dos Estados Unidos da América, a ser apreciado mais adiante e o *State Immunity Act 1978*.

O Mundo Ocidental inteiro rejeitou a teoria da imunidade absoluta e passou a adotar a imunidade relativa ou restrita. Uns fazendo a distinção entre atos praticados *Jure Gestionis* e *Jure Imperii*, para só reconhecerem a imunidade aos últimos e outros preferindo enumerar os atos que não gozam de imunidade ou os que estão cobertos por elas. Mas, num ponto, todos estão de acordo. A imunidade não alcança os atos praticados pelo Estado Estrangeiro, quando este age como um particular ou pratica atos de comércio. No Brasil e em todo o ocidente é hoje tranqüilamente adotada a teoria da imunidade relativa. Ensina o Professor Haroldo Valadão, em seu recente e conhecido *Direito Internacional Privado*, vol III, Parte Especial, que

‘a doutrina brasileira segue a orientação da imunidade restrita...’ (pág. 153).

e cita vários autores. Lembra o Professor Valadão, ob. cit. pág. 163, que:

‘Os EUA promulgaram em 21 de outubro de 1976 uma nova lei “Public Law”, 84.583 do 94th. “Congress”, sobre imunidades, intitulada *Foreign Sovereign Immunities Act of 1976*.

A mesma lei, alterando o Cap. 85 do 94 th Congress sobre imunidade intitulada *Foreign Sovereign Immunities Act of 1976*,

Com uma nova Section X 1330 (Ações contra Estados Estrangeiros) proclama na Seção 1602 que:

“De acordo com o Direito Internacional, os Estados não estão imunes da jurisdição de tribunais estrangeiros na medida em que se trata de suas atividades comerciais e os seus bens podem ser penhorados para o cumprimento de decisões judiciais proferidas contra eles em conexão com as respectivas atividades comerciais”.

Tendo referida lei sido promulgada pelo país rico e mais importante do Ocidente, é fácil prever a decisiva influência que ela terá em todo o mundo jurídico.”

5. Perseverou, contudo, o Supremo Tribunal em sua antiga doutrina, isto é, louvando-se, ao mesmo tempo, em ambos os fundamentos, ou seja, “não só em decorrência dos costumes internacionais, mas também pela aplicação (ao estado estrangeiro) da Convenção de Viena sobre relações diplomáticas” (RTJ 116/474, 28.03.85; 123/29, 09.09.87), como que desconsiderando a clara distinção observada no parecer Rezek, a despeito de acatada pelo julgado de 09 de maio de 1973 (RTJ 66/727).

Eis, a propósito a ementa deste último julgado, à unanimidade do Plenário, na AC 9.705-DF, Relator Min. Moreira Alves, 09.09.87:

“Apelação Cível contra decisão prolatada em liquidação de sentença. Imunidade de jurisdição do Estado estrangeiro.

— Esta Corte tem entendido que o próprio Estado estrangeiro goza de imunidade de jurisdição, não só em decorrência dos costumes internacionais, mas também pela aplicação a ele da Convenção de Viena sobre relações diplomáticas, de 1961, nos termos que dizem respeito à imunidade de jurisdição atribuída a seus agentes diplomáticos.

— Para afastar-se a imunidade de jurisdição relativa à ação ou à execução (entendida esta em sentido amplo), é necessário renúncia expressa por parte do Estado estrangeiro.

— Não ocorrência, no caso, dessa renúncia.

Apelação Cível que não se conhece em virtude da imunidade de jurisdição.”

6. Mais recentemente, porém (ou seja, em 31 de maio de 1989), como inicialmente antecipei, o Supremo Tribunal, por decisão unânime do Plenário (AC 9.696-3-SP, DJU de 05.06.89) de que foi Relator o eminente Ministro Sidney Sanches, deu provimento à apelação “para cassar a sentença e determinar que o Juiz Federal prosseguisse no julgamento da ação trabalhista, afastada a imunidade de jurisdição”.

Rejeitou-se, assim, para a espécie, pela primeira vez, a imunidade jurisdicional de estado estrangeiro (no caso, da Embaixada da República Democrática Alemã).

7. Cuida-se, como se vê, de precedente merecedor da mais atenta consideração. Recorri, por isso, às notas desse importante julgamento, as quais esclarecem sobre a adesão dos doutos votos então proferidos ao minucioso voto-vista do eminente Ministro Francisco Rezek, em que S. Exa., dando

continuidade, precisamente, à mesma ordem de argumentação constante de seu parecer de Procurador da República, já aqui referido, em que unicamente se baseou o v. acórdão do Agravo de Petição 56.466-DF, do Plenário do Supremo Tribunal, unânime, Rel. Min. BILAC PINTO, em 09.05.73 (RTJ 66/727), voltou a insistir no entendimento que a imunidade jurisdicional do estado estrangeiro encontrava seu fundamento, única e exclusivamente, no direito das gentes (pondo-se de lado, para o efeito, as convenções de Viena).

Neste ensejo, porém, desenvolveu S. Exa. amplas e esclarecedoras considerações sobre a Convenção Européia de 1974, a excluir a imunidade jurisdicional do estado, entre outras hipóteses, nos casos de demandas trabalhistas ajuizadas por súdito local contra representação diplomática estrangeira. Referiu-se, a seguir, ao *Foreign Immunities Act* dos EE UU da América do Norte, editado em 1976, dispendo no mesmo sentido, bem como ao *Foreign States Immunities Act*, do Reino Unido, de 1978, o qual, inspirando-se nos mencionados precedentes normativos, restringiu o reconhecimento da imunidade jurisdicional aos atos de império, de modo a não mais reconhecer abrangidas pela imunidade jurisdicional “os desdobramentos de toda espécie de interação contratual de natureza trabalhista entre representação diplomática e pessoas encontráveis *in loco*”...

Argumentou S. Exa., à luz dessa recente evolução do tema ilustrada também em sede doutrinária, não ser mais possível nem razoável reconhecer e afirmar a existência de uma sólida regra de direito internacional costumeiro, excludente da jurisdição nacional, quando os Estados Unidos da América do Norte e a Grã-Bretanha, além de outros estados do ocidente, já não a admitem; certo, ademais, e por outro lado, que as convenções de Viena não se prestam para o caso, porque relativas apenas a imunidades jurisdicionais diplomáticas.

8. De fato, a Convenção sobre Relações Diplomáticas (Viena, 1961), ratificada pelo Brasil em 25.03.65 e promulgada pelo Decreto 56.435, de 08.06.65, é restrita, em suas disposições, aos agentes diplomáticos e às representações diplomáticas, como, a propósito, resulte perfeitamente claro do teor do seu art. 31, *verbis*:

“O agente diplomático gozará de imunidade de jurisdição penal do Estado acreditado. Gozará também da imunidade de jurisdição civil e administrativa, a não ser que se trate de:

a) uma ação real sobre imóvel privado situado no território do Estado acreditado, salvo se o agente diplomático o possuir por conta do Estado acreditado para os fins da missão.

b) uma ação sucessória na qual o agente diplomático figure, a título privado e não em nome do Estado, como executor testamentário, administrador, herdeiro ou legatário.

c) uma ação referente a qualquer profissão liberal ou atividade comercial exercida pelo agente diplomático no Estado acreditado fora de suas funções oficiais.

O agente diplomático não está sujeito a nenhuma medida de execução a não ser nos casos previstos nas alíneas *a*, *b* e *c* do § 1 deste artigo e desde que a execução possa realizar-se sem afetar a inviolabilidade de sua pessoa ou residência.

A imunidade de jurisdição de um agente diplomático no Estado acreditado não o isenta da jurisdição do Estado acreditante.”

Cabe dizer o mesmo da Convenção sobre Relações Consulares (Viena, 1963), ratificada pelo Brasil em 11.05.67 e promulgada pelo Decreto 61.078, de 26.07.67, como se vê pelo disposto no seu art. 43, deste teor:

“1. Os funcionários consulares e os empregados consulares não estão sujeitos à jurisdição das autoridades judiciárias e administrativas do Estado receptor pelos atos realizados no exercício das funções consulares.

2. As disposições do § 1 do presente artigo não se aplicarão entretanto no caso de ação civil:

a) que resulte de contrato que o funcionário ou empregado consular não tiver realizado implícita ou explicitamente como agente do Estado que envia; ou

b) que seja proposta por terceiro como consequência de danos causados por acidente de veículo, navio ou aeronave, ocorrido no Estado receptor.”

9. Já no que respeita às normas escritas mais recentes, mencionadas no d. voto Rezek, eis o que consta do art. 5º da Convenção Européia sobre Imunidade do Estado, concluída no âmbito do Conselho da Europa, em Basileia, em 16.05.72:

“A Contracting State cannot claim immunity from the jurisdiction of a court of another Contracting if the proceedings relate to a contract of employment between the State and an individual where the work has to be performed on the territory of the State of the forum.”

(INTERNATIONAL LEGAL MATERIALS, CURRENT DOCUMENTS, Volume XI, 3, maio 1972, The American Society of International Law, 1972).

Assim também, o *Foreign Sovereign Immunities Act*, de 1976, dos EE UU da América do Norte, em seu capítulo 97, Secção 1605, fixa inúmeros

critérios casuísticos, limitativos dos casos de imunidade jurisdicional do estado estrangeiro, de modo a abalar a antiga regra costumeira do direito das gentes, propugnando o princípio da imunidade jurisdicional absoluta.

No mesmo sentido, é rigorosamente explícito e enfático o art. 4º, Parte I, do *State Immunity Act*, 1978, do Reino Unido, *verbis*:

“4 — A State is not immune as respects proceedings relating to a contract of employment between the State and an individual where the contract was made in the United Kingdom or the work is to be wholly or partly performed there.

(2) Subject to subsections (3) and (4) below, this section does not apply if —

(a) at the time when the proceedings are brought the individual is a national of the State concerned; or

(b) at the time when the contract was made the individual was neither a national of the United Kingdom nor habitually resident there; or

(c) the parties to the contract have otherwise agreed in writing.

(3) Where the work is for an office, agency or establishment maintained by the State in the United Kingdom for commercial purposes, subsection (2) (a) and (b) above do not exclude the application of this section unless the individual was, at the time when the contract was made, habitually residente in that State.

(4) Subsection (2) (c) above does not exclude the application of this section where the law of the United Kingdom requires the proceedings to be brought before a court of the United Kingdom.

(5) In subsection (2) (b) above “national of the United Kingdom” means a citizen of the United Kingdom and Colonies, a person who is a British subject by virtue of section 2, 13 or 16 of the British Nationality Act 1948 or by virtue of the British Nationality Act 1965, a British protected person within the meaning of the said Act of 1948 or a citizen of Southern Rhodesia.

(6) In this section “proceedings relating to a contract of employment” includes proceedings between the parties to such a contract in respect of any statutory rights or duties do which they are entitled or subject as employer or employee.”

10. Na consonância do d. voto-vista Rezek, finalmente decidiu o Supremo Tribunal, à luz da clara distinção efetuada entre a preceituação das convenções de Viena e a verdadeira fundamentação costumeira da regra da imunidade jurisdicional do Estado estrangeiro, que esta regra já não merece reconheci-

mento; e assim, coerentemente com esta compreensão da nova realidade internacional, fixou a Suprema Corte nova orientação jurisprudencial, consistente em recusar reconhecimento de imunidade jurisdicional de estado estrangeiro, a propósito de reclamação trabalhista decorrente de contrato de emprego entre brasileiro domiciliado no Brasil e o estado estrangeiro, quanto a serviços a realizar no território nacional.

11. Acresce considerar que a Egrégia 3ª Turma, no julgamento da AC 04-SP (06 de fevereiro último) e da AC 07-BA (03 de abril último) (DJU 19.03.90 e 30.04.90) decidiu também, unanimemente, na consonância do mais recente pronunciamento do Supremo Tribunal.

12. Ante o exposto, por entender que a causa sobre a qual se controverte não se sujeita ao preceituado nas convenções de Viena e que o direito internacional mais recente acentua sua orientação no sentido de severas limitações à regra da imunidade jurisdicional, que os mais importantes países já não consagram, peço respeitosa vênua ao Sr. Ministro Relator para, no rumo dos precedentes a que venho de aludir, do STF e deste STJ, negar provimento à apelação.

VOTO

O EXMO. SR. MINISTRO ATHOS CARNEIRO: Senhor Presidente, tendo em vista, segundo informa o eminente Relator, a alegação do reclamante de que foi contratado pelos Estados Unidos da América para o exercício de funções técnicas, em sua Embaixada nesta Capital, sob o regime da lei brasileira — Consolidação das Leis do Trabalho, e a afirmação de que esta assertiva não foi contraditada pela Nação Estrangeira empregadora, acompanho os votos que me precederam.

O EXMO. SR. MINISTRO FONTES DE ALENCAR: Acompanho o Relator, tendo em vista a retificação por S. Exa. proclamada.

EXTRATO DA MINUTA

AC nº 2 — DF — (Reg. nº 89.8751-7) — Relator: O Exmo. Sr. Ministro Barros Monteiro. Apelante: Embaixada dos Estados Unidos da América. Apelados: Paulo da Silva Valente e outro. Advogados: Drs. Elisabeth V. de Gennari e Galba Menegale.

Decisão: Prosseguindo no julgamento, a Turma, por unanimidade, negou provimento à apelação (Em 7-8-90 — 4ª Turma).

Os Exmos. Srs. Ministros Bueno de Souza, Athos Carneiro e Fontes de Alencar votaram com o Relator. Ausente justificadamente o Exmo. Sr. Ministro Sálvio de Figueiredo. Presidiu o julgamento o Exmo. Sr. Ministro BUENO DE SOUZA.